

Planalto se prepara para a 'guerra' do mandato de Sarney

Lula Marques



Sarney e Lubomir Strougal, após o desembarque do premiê em Brasília

Do enviado especial a Brasília

O Palácio do Planalto vai trabalhar em regime de alerta máximo, na definição de um dos conselheiros do presidente José Sarney, até a votação das disposições transitórias da futura Constituição, nas quais se definirá a duração do mandato do presidente. O objetivo é o de evitar qualquer surpresa na votação ou, ainda de acordo com o mesmo assessor, evitar que um "espasmo de emoção" acabe levando o Congresso constituinte a fixar em quatro anos o mandato de Sarney.

A decisão palaciana não se deve à qualquer verificação de uma mudança decisiva na tendência para a aprovação dos cinco anos, claramente apontada pela votação de 22 de março, quando 304 constituintes contra 223 se definiram por cinco anos de mandato para os futuros presidentes, sinalizando o mandato que também Sarney teria.

E apenas uma precaução e, além disso, uma maneira de assegurar que os cinco anos passarão com uma margem relativamente folgada. Ontem, o deputado Milton Reis (MG), secretário-geral do PMDB, dizia que, pelas suas contas, 287 votos já estão assegurados para os cinco anos, sete a mais do que os necessários e também sete a mais do que o próprio Reis computava até a semana passada. Os "quatroanistas", sempre segundo Reis, são 232.

O que dá mais segurança ao deputado — que acertou nas previsões sobre a votação de 22 de março — é que, dos 40 constituintes que ainda não consultou, 21 votaram pelos cinco anos para os futuros presidentes, o que leva a crer que repetirão o voto para Sarney.

É sintomático que as contas de Milton Reis não sejam contestadas com a ênfase com que o foram nas vésperas da votação sobre o sistema

de governo e o mandato dos futuros presidentes, em março. Exemplo definitivo: Reis almoçava ontem com quatro membros da Executiva partidária e mais o jurista Miguel Reale Junior, assessor técnico do presidente da Constituinte e do PMDB, Ulysses Guimarães, que ouviram suas previsões em silêncio.

Só Ibsen Pinheiro (RS), líder do partido na Câmara, chegou a discordar, embora reconhecendo que, "como num clássico de futebol, os cinco anos têm o favoritismo". Ibsen argumenta que os votos a favor dos cinco anos, para os futuros presidentes, foram apenas 24 acima da maioria absoluta exigida e que muitos constituintes favoráveis a um mandato de cinco anos para os demais presidentes querem quatro anos especificamente para Sarney.

Esse argumento faz as contas pela ponta inversa e não leva em conta que, pelos quatro anos, votaram

apenas 223 constituintes, o que significa que, agora, será preciso arrebatar mais 57 votos para se atingir a maioria absoluta (280).

Ainda assim, o Planalto não quer correr o mínimo risco, tanto que pensa acionar, para a votação do mandato, o mesmo dispositivo de pressão que se revelou eficaz em março. Prova disso é o fato de que Sarney vem cultivando os governadores, por meio de um diálogo permanente sobre as propostas de emergência para a economia, embora o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, não tenha a intenção de implementá-las pelo menos a curto ou médio prazo. (Clóvis Rossi)

Médico vê tensão em Sarney

Da Sucursal de Brasília

O chefe do departamento de saúde da Presidência da República, Messias Araújo, afirmou ontem, em entrevista coletiva na Base Aérea de Brasília, que os resultados do check-up realizado pelo presidente José Sarney, em São Paulo, no último fim-de-semana, foram considerados "excelentes e normais para sua idade e biotipo".

Segundo Messias de Araújo, o presidente terá que continuar os exercícios de condicionamento físico já prescritos pelo Departamento de Saúde, para "superar o estado de ansiedade e tensão". O presidente terá de diminuir também as audiências concedidas aos políticos. Se-

gundo o médico, que acompanha permanentemente o presidente, Sarney recebe políticos desde a hora do café.

Premiê tcheco

O primeiro-ministro da Tchecoslováquia, Lubomir Strougal, desembarcou ontem, às 12h20, na Base Aérea de Brasília, para uma visita oficial de seis dias ao Brasil. Ele foi recepcionado pelo presidente José Sarney.

O presidente José Sarney e o premiê Strougal devem assinar hoje um acordo de cooperação econômica entre os dois países, visando elevar para US\$ 1 bilhão o intercâmbio comercial, até o ano 2.000, segundo informou a assessoria do Itamaraty.

Sabóia acha 'um risco' eleições antes da Carta

Da Sucursal de Brasília

O almirante Henrique Saboia, ministro da Saboia, afirmou ontem que a realização de "eleição presidencial sem que a Constituinte tenha concluído seu trabalho seria um grande risco". "Todos sabem da inconveniência de uma eleição este ano", acrescentou o ministro do Exército, Leonidas Pires Gonçalves. "Vamos trabalhar, nós militares, pelo mandato de cinco anos", explicou o ministro da Aeronáutica, Moreira Lima.

Os três, mais o ministro-chefe do Emfa, tenente-brigadeiro Paulo Roberto Camarinha, o ministro-chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes, e o ministro-chefe do Gabinete Militar, general Rubens Bayma Denny, reuniram-se em torno de farta mesa, servida com carne-de-

sol e feijão-verde pelo anfitrião, o cearense Henrique Saboia, no Ministério da Marinha.

Pela manhã, durante a recepção ao primeiro-ministro da Tchecoslováquia, Lubomir Strougal, o general Leonidas avisou que não queria falar. "Não tenho nada de novo a dizer, não sou um realejo". Mas depois da sobremesa, sorvete de graviola, os ministros, inclusive Leonidas, se comportaram como verdadeiros realejos, repetindo teses governistas.

Como quem obedece a uma partitura cuidadosamente ensaiada, os três começaram suas entrevistas dizendo que o tema mandato presidencial não tinha sido tratado especificamente, para, em seguida, defender os cinco anos. "A Constituinte já tem pelo menos 130 leis complementares a elaborar", disse Henri-

que Saboia. "É preciso que os deputados estejam em Brasília, tratando disso, para que a transição se complete normalmente".

O general Leonidas disse em seguida que "nossa preocupação política é com uma transição tranquila".

Também uniforme foi a reação dos militares ao manifesto divulgado na véspera pelo general (da reserva) Andrada Serpa, com críticas aos ministros. "Não tomei conhecimento", disseram todos.

Os três ministros declaram-se dispostos a estudar cortes nos orçamentos de suas Forças, como vem sendo proposto pelo Ministério do Planejamento. O general Leonidas afirmou entretanto que é contra a ampliação do projeto de anistia aos militares cassados. "Isso é inadmissível", afirmou Saboia.

STF rejeita pedidos judiciais de 6 anos de mandato para Sarney

CLÓVIS ROSSI

Enviado especial a Brasília

O Supremo Tribunal Federal rejeitou, sem entrar no mérito, dois pedidos judiciais (um habeas-corpus e um mandado de segurança) impetrados por cidadãos comuns em favor de seis anos de mandato para o presidente José Sarney.

A informação foi dada ontem pelo ministro do STF, José Francisco Rezek, durante o seminário "O papel do Poder Judiciário no processo constitucional", promovido pela Embaixada dos Estados Unidos e que se encerra hoje, no auditório "Tancredo Neves" do Ministério da Justiça, em Brasília.

Rezek disse que o STF não julgou o mérito (o mandato de seis anos) por entender que os dois instrumentos jurídicos (habeas-corpus e mandado) eram inadequados. O mandado foi impetrado por um vereador de São Paulo, disse o ministro à Folha, e se baseava em suposta lesão de direito: o requerente dizia que havia eleito um parlamentar, em 1982, que se tornou, automaticamente, membro do Colégio Eleitoral que, três anos depois, elegeu Tancredo Neves e Sarney para um mandato de seis anos.

A eventual redução do mandato para quatro ou cinco anos caracteri-

zaria, no entender do impetrante, uma lesão a seu direito de eleitor.

No STF, nenhum dos dois pedidos foi vinculado direta ou indiretamente ao Palácio do Planalto. Mas a avaliação que a Folha obteve junto à Suprema Corte é a de que o governo não poderia ignorar a existência das petições, principalmente do habeas-corpus, um instrumento jurídico clássico de defesa de direitos individuais lesados ou em vias de sê-lo.

Cinco anos

Embora não tenha entrado no mérito da questão, a tendência no STF, pelo que a Folha apurou, é por um mandato de cinco anos para Sarney, caso a questão do mandato não seja claramente resolvida pelo Congresso constituinte. Se nem quatroanistas nem cincoanistas conseguirem os 280 votos que formam a maioria absoluta, a nova Constituição simplesmente não definirá o mandato de Sarney, o que exigirá uma interpretação do STF.

Nessa hipótese, é "doutrina pacífica" a adoção dos cinco anos, estendendo-se para Sarney o mandato que seus sucessores terão, conforme já consta das disposições permanentes da nova Constituição.

O jornalista CLÓVIS ROSSI está em Brasília a convite do embaixado dos Estados Unidos.